



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

## **ANEXO 1: Justificativas**

### **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas nos Termos de Referência e que passam a integrar o TR.

### **Da necessidade da contratação:**

A elaboração deste TR visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços – Maior desconto por item), visando à contratação de empresa para execução dos serviços de instalação de reservatório de acumulação de água, inclusive fornecimento e transporte, visando o abastecimento de comunidades rurais difusas na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado da Bahia.

A necessidade da contratação desse objeto se justifica pela falta de acesso à água que ainda é uma realidade para algumas regiões do Brasil, tornando-se uma situação crítica para a população localizada na zona rural, em especial para aquela em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, uma demanda de mais de 20.200 cisternas foi registrada pela coordenação do programa Água Para Todos entre os anos de 2011 e 2018 na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional (2ª SR) no estado da Bahia. Tal quantitativo vem pouco a pouco sendo atendido com as contratações anuais de fornecimento e transporte de cisternas de abastecimento de água que a 2ª SR vem realizando nos últimos anos.

Dentre as alternativas para sanar o problema da falta de água, tem-se a coleta de água pluvial através das cisternas, que é uma das melhores opções em termos de custo-benefício e tem se mostrado bem aceita pela população que as utilizam. Além disso, as cisternas apresentam algumas vantagens como custo menor de implantação, manutenção barata e fornece uma água com qualidade boa, superior as outras tecnologias.

Por isso, a fim de levar desenvolvimento para as regiões e promover o abastecimento de água para as famílias residentes em comunidades rurais difusas na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado da Bahia, torna-se necessário a contratação do objeto deste Termo de Referência.

### **Modalidade Licitatória:**

Pregão Eletrônico. A CODEVASF por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51). No caso do Pregão Eletrônico, este é regido pelo disposto na Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores.

### **Procedimento Licitatório:**

Sistema de Registro de Preços (SRP). O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e normas complementares.

Justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão (un), havendo necessidade de contratações frequentes.

Além disso, as fontes de recursos podem ser advindas não somente da LOA, assim como de parceria com outras entidades públicas e/ou emendas parlamentares, visto que o SRP



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

possibilita a captação de novos recursos para efetividade do Programa, assim como atendimento de números distintos de fornecimento com base nos recursos existentes.

**Critério de Julgamento:**

Maior desconto.

**Modo de Disputa:**

Aberto, com orçamento público. Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista o critério de julgamento de maior desconto.

**Regime de execução:**

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão (un) efetivamente executado. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela CODEVASF e efetivamente executados pela CONTRATADA.

**Permissão de Participação de Consórcios:**

Será permitida a participação em consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, aumentar a competitividade, proporcionar maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**Permissão de Participação de Cooperativas:**

Será permitida. Conforme art. 10, §2º da lei 12.690/2012: a Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

**Permissão de Subcontratação:**

Será permitida. Será permitida a subcontratação para o serviço de transporte dos reservatórios de acumulação de água e de escavação.

**Visita:**

A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória, tendo em vista que os mesmos ainda serão definidos. No entanto, é de inteira responsabilidade da PROPONENTE, a busca de informações sobre as dificuldades inerentes ao objeto e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta dos Termos de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o parágrafo 2º do Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23/1/2013, não exige a indicação de dotação orçamentária, sendo que está somente será exigida quando da formalização do Contrato.

“Art. 7º, § 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

**Desapropriação:**

Não aplicável. As obras serão executadas de forma contígua às residências dos beneficiários.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Aprovação do Projeto Básico e Planilha de Custos do Orçamento de Referência:**

Aprovado pela autoridade competente no processo nº 59520.001661/2023-21, com base em pareceres técnicos.

**Qualificação Técnica:**

Definida no Item 9 do Termo de Referência. As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

**Licença Ambiental:**

Não aplicável.

**Do serviço comum:**

Os serviços de instalação de reservatório de acumulação de água, inclusive fornecimento e transporte, visando o abastecimento de comunidades rurais difusas na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado da Bahia, podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns. Trata-se de uma atividade que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado e que possui natureza padronizável.

**Divulgação da IRP:** A IRP não será divulgada. Considerando a necessidade de conclusão célere do procedimento qualquer atraso poderá comprometer o empenho das dotações ao contrato a ser firmado, trazendo prejuízo ao interesse público. Além disso, pode-se considerar ainda as possibilidades jurídicas de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, previstas no Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF. Diante desse cenário, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

**Número do CATSERV:** O CATSERV utilizado é o 22845 - FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO.

**Justificativa para permissão a adesão às Atas aos órgãos não participantes:** Será permitida a adesão de órgãos não participantes da Ata de Registro de Preços, visto que a Codevasf tem outras Superintendências Regionais, as quais poderão ter necessidade de aquisição de itens licitados neste certame licitatório. Considerando os seguintes argumentos:

- Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª/SR – Gerência de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

- A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos os itens licitados;
- Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:
  - Agilidade no processo de execução dos serviços, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na execução de pequenas quantidades;
  - Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de executar quantitativos inferiores, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.

**Gestor da ata:** Como Gestor da Ata indicamos o ADR Johnnatan Vinícius de Almeida Nogueira.

**Intervalo mínimo de lances:** O intervalo mínimo é de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), considerando o percentual de 0,5% do valor do item.